

Debate no CMN ficou burocrático, diz Diniz

por José Casado
de São Paulo

A última linha de comunicação direta entre o governo federal e os empresários, o Conselho Monetário Nacional (CMN), está praticamente interrompida, na opinião de um dos representantes do setor privado no Conselho, Abílio Diniz.

"O diálogo dentro do Conselho Monetário Nacional tem sido precário", revelou Diniz, ontem, durante o seminário da revista Exame. "O CMN já foi um fórum excelente para os debates dos problemas da Nação, mas ultimamente ali só têm sido discutidos os problemas que, por lei, devem, obrigatoriamente, passar pelo Conselho." E esses temas, em geral, envolvem "assuntos administrativos e burocráticos".

Dessa forma, segundo Diniz — um dos poucos integrantes do CMN que se recusa a participar das chamadas "reuniões telefônicas", periodicamente realizadas —, esgota-se um canal direto de comunicação entre o governo e os empresários. "Ainda assim, eu insisto em fazer propostas, porque acho que é a minha obrigação como cidadão e como empresário."

A essência das propostas

que tem apresentado ao governo é de que o País deve promover uma imediata renegociação da dívida externa, ampliando os prazos de pagamento, acoplada com um programa anti-recessivo, porque "temos condições de crescer voltados para o mercado interno a partir de setores que não pressionam as importações". Isso, no seu entendimento, "é absolutamente fundamental para evitarmos uma crise social de maiores dimensões e que, certamente, teria consequências políticas inimagináveis".

Diniz observa que "há, na cena brasileira, hoje, um fato positivo que é o caminho a passos largos no rumo da redemocratização". E acrescenta: "Deveríamo-nos sentir felizes por isso, porque em meio à crise econômica estamos consolidando um projeto de democracia, está-se viabilizando a democracia prometida pelo presidente João Figueiredo. Mas, também, devemos estar preocupados com o outro lado dessa cena brasileira. E bastante preocupados, porque o que está acontecendo no campo econômico tem necessariamente repercussões no campo social e, certamente, vai ter desdobramentos na área política".